

28 AGO 1983

A recessão e a moratória unilateral

Economia - Brasil

O debate em torno da política econômica parece-nos muito útil nesta fase em que se encontra o País. Não obstante, deve assentar sobre bases realistas. Nestas últimas semanas, vieram a público documentos importantes, como o Manifesto dos Empresários e, especialmente, o trabalho apresentado pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), que, não sendo um manifesto, tem a vantagem de propor soluções mais articuladas. Ambos os documentos, embora possam comportar reparos, oferecem base para discussões sérias e construtivas. Quanto ao programa do PMDB, tal como foi apresentado pelo deputado Ulysses Guimarães, não nos parece prestar-se a uma discussão séria das alternativas.

Ninguém poderia hoje negar que a solução do grave problema criado pelo *impasse cambial* é indispensável para arrancar o País do quadro recessionista em que se encontra, conquanto não se deva atribuir a recessão aos esforços feitos em prol do ajustamento econômico. Ora, todo o

programa do PMDB parte da premissa de que é a política do FMI que arrasta o Brasil à situação em que se encontra. O partido oposicionista parece não estar convencido de que o desmantelamento cambial é consequência da política interna errônea. Em seu entender, o problema cambial pode ser resolvido independentemente do problema interno — o que não significa que não pretenda mudar a política econômica, discordando embora do atual processo de ajustamento.

A solução do problema cambial, segundo o PMDB, é simples: bastaria decretar uma moratória unilateral, suspendendo por três anos o pagamento da dívida externa (principal e juros), que depois dessa carência seria paga em 25 anos. Naturalmente, o Brasil romperia com o FMI para adotar uma política interna, compatível com a conveniência nacional, destinada a assegurar imediatamente a retomada do crescimento, à taxa de, pelo menos, 4% ao ano. Na verdade, a proposta do presidente do PMDB é bem mais radical

que a do professor Celso Furtado, o grande economista do partido de oposição, que pretendia apenas intimidar o FMI, sem chegar ao rompimento, e que ainda admitia uma moratória negociada, cujo prazo não seria, certamente, de três anos...

A proposta do presidente do PMDB suscitou protestos da parte de todos os que sabem o que significaria uma moratória unilateral dessa ordem. A Confederação Nacional da Indústria, após esclarecedor debate com o professor Antônio Carlos Lemgruber, tomou posição contra qualquer medida no sentido preconizado pelo presidente do PMDB. Todos, desde o professor Octávio Gouvêa de Bulhões até os representantes das entidades de classes, parecem concordar — a concordância acha-se até implícita no Manifesto dos Empresários, que tem entre seus signatários um senador do PMDB — em opor-se à moratória.

Sem dúvida, a moratória unilateral, longe de reduzir as pressões recessionistas, iria

29 AGO 1983

agravá-las e, nas perspectivas abertas pelo programa econômico do PMDB, que não parece inquietar-se com o déficit do setor público, poderia levar à recessão, com hiperinflação, a um ponto tal que até a abertura política ficaria ameaçada.

Só um profundo desconhecimento dos mecanismos internacionais poderia levar alguém a supor que a balança comercial do País não seria afetada pela decretação de uma moratória unilateral. Ora, apesar de todas as dificuldades do momento, o Brasil está conseguindo não pagar à vista as importações e receber adiantadamente as receitas correspondentes às exportações. A moratória tornaria muito difícil o abastecimento do País com matérias-primas, a ponto de ocasionar o fechamento de fábricas e de tornar impossível o controle da inflação. A renegociação da dívida externa é possível, embora dependa, necessariamente, do FMI; mas nunca será viável se o País não adotar uma séria política de ajustamento, no plano interno.